

## **TIPOLOGIA DAS SOCIEDADES E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA<sup>1</sup>**

### ***BUSINESS ASSOCIATION TYPOLOGY AND THE PIERCING THE CORPORATE VEIL***

*Luiz Rodrigues Wambier*

Advogado com atuação no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Sócio do escritório Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor no programa de mestrado em Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). E-mail: [luiz.wambier@wambier.com.br](mailto:luiz.wambier@wambier.com.br)

*Arthur Mendes Lobo*

Especialista em Direito Ambiental pela Universidade Gama Filho – UGF. Mestre em Direitos Coletivos e Função Social do Direito pela Universidade de Ribeirão Preto. Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Paraná. Sócio do escritório Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados. E-mail: [arthur.lobo@wambier.com.br](mailto:arthur.lobo@wambier.com.br)

*Regiane França Liblik*

Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Integra o corpo consultivo do escritório Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 25/10/2018, sob dispensa de revisão.

**RESUMO:** A personalidade da pessoa jurídica é um artifício legal desenvolvido com o objetivo de facilitar o exercício de suas atividades, distinguindo-se da de seus sócios e administradores. Sua esfera de direitos, deveres e patrimônio com a deles não se confunde. Mas há situações para as quais o ordenamento jurídico permite a desconsideração dessa personalidade, consubstanciadas em hipóteses de uso abusivo da pessoa jurídica. O presente estudo visa a analisar a aplicação da medida pelos tribunais brasileiros nos principais tipos societários, no âmbito civil e trabalhista e sob a ótica das mudanças legislativas procedimentais promovidas pelo CPC/2015. Os autores analisarão o instituto a partir de seu caráter sancionatório e da necessidade de efetiva satisfação da obrigação, concluindo pela excepcionalidade da medida e pela imprescindibilidade da verificação da prática de ato irregular em cada caso para, somente então, aplicar-se a desconsideração da personalidade jurídica com a finalidade de alcançar o patrimônio de sócio ou administrador da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desconsideração da personalidade jurídica – Sociedades anônimas – Sociedades limitadas – Sociedades em nome coletivo e em comandita simples – Novo Código de Processo Civil.

**ABSTRACT:** The personality of the legal entity is a legal artifice developed with the objective to facilitate the exercise of its activities, distinguishing from its partners and administrators. The sphere of rights, duties and patrimony of the legal entity with theirs is not confounded. However, there are situations that the legal order allows the piercing the corporate veil, consubstantiated in hypotheses of abusive use of the legal entity. The present study aims to analyse how the Brazilian Court applies the piercing the corporate veil in the main business associations, in the civil and work sphere and from the standpoint of the legislative procedure changes promoted by the Civil Procedure Code of 2015. The authors will analyse the institute from its sanctioning character and from the need of effective satisfaction of the obligation, concluding on the exceptionality of the measure and on the indispensability of the verification of an irregular practice in each case to, only then,

apply the piercing the corporate veil for the purpose of reach the patrimony of the partner or the entity administrator.

**KEYWORDS:** Piercing the corporate veil - Joint-stock company - Limited society - General partnership and Limited partnership – New Civil Procedure Code

**SUMÁRIO:** Introdução. 1. Natureza jurídica e procedimento. 2. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica. 3. As tipologias societárias e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica: 3.1 Sociedades anônimas; 3.2 Sociedades limitadas; 3.3 Sociedades em nome coletivo e em comandita simples. 4. Breves notas sobre a desconsideração da personalidade jurídica no contexto da Justiça do Trabalho. Considerações finais.

**SUMMARY:** Introduction. 1. Legal nature and procedure. 2. Effects of piercing the corporate veil. 3. Business association typology and the incident of piercing the corporate veil. 3.1. Joint-stock company. 3.2. Limited society. 3.3. General partnership and Limited partnership. 4. Brief notes on piercing the corporate veil in the work justice. Final considerations.

## **Introdução**

A desconsideração da personalidade jurídica fundamenta-se, de modo geral, no art. 50 do CCB, conforme o qual, havendo abuso da personalidade jurídica, consubstanciado no desvio de finalidade ou na confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

Mas embora no Código Civil anterior não houvesse previsão expressa do instituto, a jurisprudência já vinha aplicando a teoria da desconsideração para alcançar o patrimônio

pessoal de sócios ou administradores que fizessem mau uso da personalidade jurídica da empresa<sup>2</sup>.

Mais recentemente, o Código de Processo Civil de 2015 também regulou o instituto nos artigos 133 a 137 (Capítulo IV do Título III), e o vem tratado como modalidade de intervenção de terceiros. Todavia, o conteúdo da desconsideração da personalidade jurídica está regulado no direito material, de modo que o regramento do novo CPC se voltou apenas ao procedimento do incidente, a seguir tratado.

## 1. Natureza jurídica e procedimento

A instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica conduz à ampliação do objeto do processo, porque há uma nova demanda contra sócio ou administrador, que originalmente não integrou o polo passivo do processo em curso e que terá sua esfera jurídica atingida pela desconsideração. Constitui, assim, uma *ação incidental*.<sup>3</sup>

Sobre o tema, Christian Garcia Vieira<sup>4</sup> destaca que:

Tem-se, dessa forma, que a propositura da demanda representada pelo “incidente de desconsideração” tem o condão de, a um só tempo, refletir a presença de cada um dos elementos fixados pelos critérios da tríplice identidade. Trata-se, pois, de atividade jurisdicional desenvolvida em procedimento próprio e incidental, mas não sob mero e *simples incidente processual* teoricamente destinado à resolução de ponto ou questão.

---

<sup>2</sup> Sobre o histórico do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, cf. THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum*. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, v. 1, p. 401-408.

<sup>3</sup> A respeito, v. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo*. 17. ed. São Paulo: RT, 2018, v. 1, p. 374 e seguintes. Há também a desconsideração inversa da personalidade jurídica, modalidade em que é o patrimônio da sociedade que se pretende atingir para satisfação da obrigação de seu sócio. Nesse caso, o sócio é a parte originária do processo e a pessoa jurídica a nova demandada.

<sup>4</sup> VIEIRA, Christian Garcia. *Desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC: natureza, procedimentos e temas polêmicos*. Salvador: JusPodivm, 2017, p. 103.

Aliás, ainda que instaurado de ofício pelo juiz, o incidente não deixa de ser uma ação incidental. Nesse caso, o que existe é uma exceção ao princípio da iniciativa das partes (arts. 2º e 492 do CPC).

O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, observados os pressupostos previstos nas leis materiais, poderá ser instaurado a pedido da parte interessada (credor) ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

Seguindo a orientação já consolidada da jurisprudência, o Código de Processo Civil prevê que o incidente de desconsideração poderá ser deflagrado em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Instaurado o incidente, para evitar decisões contraditórias, a tramitação do feito deverá ser suspensa, ao menos até que seja decidido o incidente.

Para dar publicidade ao fato, assegurar o interesse de terceiros, evitar lesões aos direitos dos que não figuram como partes no processo e mitigar os riscos de decisões conflitantes, o Código de Processo Civil prevê que após a instauração do incidente deverá ser providenciada a imediata comunicação ao cartório distribuidor para as anotações correspondentes.

Uma vez instaurado, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se sobre o incidente e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias.

Caso o pedido de desconsideração da personalidade jurídica seja veiculado pela parte autora na própria petição inicial, ou seja, no início do processo, os sócios já serão citados juntamente com a pessoa jurídica. Nesse caso, ambos figurarão no polo passivo da demanda, dispensando-se a instauração do incidente.

O novo procedimento do incidente de desconsideração da pessoa jurídica, na forma disciplinada pelo Código de Processo Civil, representa um importante avanço na preservação dos direitos fundamentais. A nova disciplina traz maior segurança jurídica para sócios e empresários comerciais, na medida em que impõe a observância do contraditório. Além disso, evita surpresa à parte, tumulto processual que não raro se observava em alguns processos, sobretudo nos da seara trabalhista, de que se tratará mais adiante.

O Código de Processo Civil deixa mais explícita a necessidade de se observar o direito de ampla defesa (já previsto constitucionalmente), bem como disciplinou a

desconsideração da pessoa jurídica na forma inversa (quando se adentra ao patrimônio da sociedade para pagamento de dívida pessoal do sócio nas hipóteses em que a lei autoriza). A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou nesse sentido: “A falta de citação do sócio, por si só, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, não induz nulidade, que somente deve ser reconhecida nos casos de efetivo prejuízo ao exercício da ampla defesa, o que não ocorreu no caso em apreço. Inaplicabilidade do art. 135 do Código de Processo Civil de 2015 à luz do princípio ‘*tempus regit actum*’”<sup>5</sup>.

A observância do contraditório e da ampla defesa devem ser garantidas, já que pode evitar decisões injustas e descabidas, como por exemplo, quando a pessoa jurídica não paga porque simplesmente não tem patrimônio, ou então, quando promoveu uma dissolução irregular perante a Junta Comercial, sem incorrer em fraude ou simulação. Em situações como essa, a jurisprudência do STJ tem entendido que: “a mera insolvência da pessoa jurídica ou sua dissolução irregular sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica”<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt nos EDcl no REsp 1422020/SP. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma. Julgamento em 24.04.2018. *DJe* 30.04.2018.

<sup>6</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt nos EDcl nos EDcl no AREsp 1117129/SP. Rel. Min. Nancy Andrighi. Terceira Turma. Julgamento em 10.04.2018. *DJe* 13.04.2018. No mesmo sentido: “AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DO VOTO DIVERGENTE. PREJUÍZO NÃO VERIFICADO. JULGAMENTO DO FEITO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. INAPLICABILIDADE DE DISPOSITIVOS LEGAIS DO CPC/2015. QUESTÃO VENTILADA APENAS NO VOTO VENCIDO. NÃO CONFIGURAÇÃO DO PREQUESTIONAMENTO. DIREITO NÃO PREJUDICADO. NÃO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 435/STJ. APLICAÇÃO RESTRITA AO ÂMBITO DA EXECUÇÃO FISCAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. FUNDAMENTOS INSUFICIENTES À APLICAÇÃO DA MEDIDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, é dispensável a publicação do voto divergente quando não for admitida a oposição de embargos infringentes, tendo em vista a não ocorrência de prejuízo à parte recorrente. 2. Esclareça-se, que, à época do julgamento do feito, ainda não vigia o CPC/2015, não havendo que se falar, portanto, em aplicação do art. 941, § 3º, do referido código. 3. De qualquer sorte, a questão ventilada apenas no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento, nos termos do Enunciado n. 320 da Súmula desta Corte Superior, o que afasta, por conseguinte, a alegação da parte de que seu direito ao prequestionamento estaria prejudicado pela ausência de publicação do voto divergente. 4. A incidência do enunciado n. 435 da Súmula do STJ restringe-se à execução fiscal realizada à luz de preceitos do Código Tributário Nacional. 5. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, ‘a mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica ou de dissolução irregular da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica’ (AgRg no AREsp 347.476/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 5/5/2016, *DJe* 17/5/2016). 6. Agravo interno desprovido”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp 1204607/SP. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze. Terceira Turma. Julgamento em 15.03.2018. *DJe* 02.04.2018). Outra questão interessante é que o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento no sentido de que, se o sócio tiver apenas um único bem imóvel que sirva de morada, não tendo outros bens penhoráveis, a penhora não poderá recair sobre esse bem de família. Confira-se trecho extraído do inteiro teor de acórdão de relatoria do Des. Convocado Lázaro

Dessa forma, a oportunidade de prévio contraditório e de ampla defesa pode evitar prejuízo e surpresa aos sócios em situações em que a desconsideração da personalidade é descabida.

O incidente é resolvido por decisão interlocutória, recorrível por meio de agravo de instrumento, se decisão for proferida por juiz de primeiro grau, nos termos do art. 1.015, IV, do CPC, ou por agravo interno, quando proferida por relator, em recurso ou ação de competência originária do tribunal, na forma do art. 136, parágrafo único, do CPC.

## **2. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica**

Uma dúvida processual bastante comum é a seguinte: a decisão que decreta a desconsideração da personalidade jurídica implica na condenação dos sócios?

Ao que tudo indica não há conteúdo condenatório. A decisão declara que existe um vínculo jurídico entre a pessoa jurídica responsável principal pela dívida, e o sócio, o qual será considerado um responsável secundário, em razão de um evento abusivo previsto em lei (confusão patrimonial, desvio de finalidade, insolvência fraudulenta etc.).

É a prova do referido evento que autoriza que o juiz ignore a separação patrimonial, para sujeitar os sócios às medidas executivas.

Em última análise, a pessoa jurídica da devedora perde a eficácia pontual e especificamente em relação às medidas executivas e os sócios são declarados responsáveis secundários.

Fosse o caso de condenação dos sócios, a decisão se tornaria um título executivo e, portanto, deveria especificar uma sanção executiva, qualificando as partes, o objeto da prestação e os limites objetivos da coisa julgada.

Equivale dizer, a decisão judicial somente resolve uma questão processual, determinando que o sócio se torne parte executada no processo, mesmo que ele não seja devedor, mas mero responsável.

---

Guimarães: “a desconsideração da personalidade jurídica, por si só, não afasta a impenhorabilidade do bem de família, inclusive no âmbito da falência, não se podendo, por analogia ou esforço hermenêutico, superar a proteção conferida à entidade familiar, pois as exceções legais à impenhorabilidade devem ser interpretadas restritivamente” (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no REsp 1669123/RS. Rel. Lázaro Guimarães [Desembargador convocado do TRF 5ª Região]. Quarta Turma. Julgamento em 15.03.2018. *DJe* 03.04.2018).



A esse respeito, Alexandre Freitas Câmara<sup>7</sup> leciona que:

Trata-se, na verdade, de um incidente processual que provoca uma intervenção forçada de terceiro (já que alguém estranho ao processo – o sócio ou a sociedade, conforme o caso –, será citado e passará a ser parte no processo, ao menos até que seja resolvido o incidente). Caso se decida por não ser caso de desconsideração, aquele que foi citado por força do incidente será excluído do processo, encerrando-se assim sua participação. De outro lado, caso se decida pela desconsideração, o sujeito que ingressou no processo passará a ocupar a posição de demandado, em litisconsórcio com o demandado original. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica, então, pode acarretar uma ampliação subjetiva da demanda, formando-se, por força do resultado nele produzido, um litisconsórcio passivo facultativo.

É importante frisar que, quando aplicada a desconsideração da personalidade jurídica, os sócios responderão secundária e subsidiariamente por dívida da sociedade. A teoria pode ser invocada em qualquer momento processual e enquanto não estiver prescrito o crédito fraudado ou simulado por ocasião do abuso da personalidade.

### **3. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e as tipologias societárias**

#### **3.1 Sociedades Anônimas**

Nos termos do art. 1.088 do CCB, na sociedade anônima, o capital é dividido em ações, de forma que cada sócio ou acionista se obriga apenas pelo preço de emissão das ações que subscrever ou adquirir.

No caso específico da desconsideração da personalidade jurídica nesse tipo societário, a jurisprudência é no sentido de que a responsabilidade patrimonial se limite a atingir os responsáveis pela fiscalização e administração da empresa, sendo sócios ou não.

---

<sup>7</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. In: ALVIM, Teresa Arruda; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015, p. 425.



No STJ, já se afirmou que “apenas os administradores da sociedade anônima e seus acionistas controladores podem ser responsabilizados pelos atos de gestão e pela utilização abusiva do poder”.<sup>8</sup> Nessa mesma linha, destaca-se outra decisão da Corte Superior:

Nos termos do art. 50 do CC, o decreto de desconsideração da personalidade jurídica de uma sociedade somente pode atingir o patrimônio dos sócios e administradores que dela se utilizaram indevidamente, por meio de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

É de curial importância reiterar que, principalmente nas sociedades anônimas, impera a regra de que apenas os administradores da companhia e seu acionista controlador podem ser responsabilizados pelos atos de gestão e pela utilização abusiva do poder; sendo certo, ainda, que a responsabilização deste último exige prova robusta de que esse acionista use efetivamente o seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar os órgãos da companhia.<sup>9</sup>

Sobre o tema, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, julgando agravo de instrumento envolvendo a desconsideração da personalidade jurídica de uma S.A., decidiu no seguinte sentido: “a desconsideração da personalidade jurídica atinge, indistintamente, o patrimônio dos sócios e administradores, independentemente da participação societária de cada um, por não haver distinção na lei quanto aos efeitos do instituto”<sup>10</sup>.

Tal entendimento se baseia na ideia de que: se os lucros são divididos indistintamente entre todos os sócios, não pode haver tratamento desigual, sob pena de enriquecimento sem causa do sócio não administrador diante da abusividade ou desvio de finalidade deflagrados [decorrente da fraude, simulação ou má-fé]. Além disso, entende-se que, se o administrador é eleito pelos demais sócios, a responsabilidade desses decorreria de “*culpa in eligendo*” e “*culpa in vigilando*”.

---

<sup>8</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp 331.644/SP. Rel. Min. Maria Isabel Gallotti. Quarta Turma. Julgamento em 06.02.2018. *DJe* 09.02.2018.

<sup>9</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1412997/SP. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgamento em 08.09.2015. *DJe* 26.10.2015.

<sup>10</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. AI n. 1.0707.12.014956-2/001. Rel. Des. Antônio Bispo. Décima Quinta Câmara Cível. Julgamento em 18.05.2017.

Mas há uma distinção que precisa ser feita. As sociedades anônimas podem ser abertas ou fechadas. Enquanto as fechadas são aquelas nas quais os valores imobiliários por elas emitidos não podem ser negociados no mercado de valores imobiliários, havendo identificação integral dos sócios, as abertas são as sociedades cujos valores imobiliários podem ser dessa forma negociados.

Na Justiça do Trabalho, que será objeto de análise em tópico próprio mais adiante, entende-se que a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade anônima fechada ocorre nos mesmos termos que na sociedade limitada, pois a essa em muito se assemelha. Eis algumas decisões nesse sentido:

SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. A desconsideração da personalidade jurídica de sociedade anônima fechada é possível, dada a sua semelhança com a sociedade por quotas de responsabilidade limitada, mormente quando a sociedade anônima é constituída por apenas sete sócios, detentores da totalidade do capital social<sup>11</sup>.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA. EQUIVALÊNCIA A SOCIEDADES PESSOAIS. No direito de empresas há uma clara dicotomia entre as denominadas sociedades pessoais e sociedades de capital, residindo a principal diferença na análise acerca da *affectio societatis*. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade limitada, espécie de sociedade de pessoas, é aplicada na Justiça do Trabalho independentemente da cota de participação de cada sócio ou do exercício de cargo de direção ou gestão. A sociedade anônima de capital fechado é espécie de sociedade personificada, em que a figura do acionista é de suma importância para a própria constituição e existência. A aproximação de tais tipos de sociedade (limitada e anônima de capital fechado), mormente após o advento do Código Civil de 2.002 autoriza tratamento semelhante no que toca à desconsideração da personalidade

---

<sup>11</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. AP n. 00102462620145010062. Rel. Des. Tania da Silva Garcia. Quarta Turma. Publicação em 29.09.2016.

jurídica de ambas para fins de recebimento de crédito trabalhista. Agravo de petição desprovido<sup>12</sup>.

Mas é preciso observar a necessidade de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio da personalidade, pela má-fé ou pela confusão patrimonial. Esse, aliás, deve ser requisito geral para o cabimento da *disregard doctrine*, independentemente de qual tipologia societária que se trate, muito embora, na prática, as coisas nem sempre passem desse modo.

O entendimento dominante do STJ é no sentido de que a desconsideração da personalidade jurídica não tem cabimento apenas com base no encerramento irregular da sociedade empresária. Por exemplo, no caso da sociedade de responsabilidade limitada, a garantia de solvência de suas obrigações está no seu próprio patrimônio e não no dos sócios. Apenas a ocorrência de encerramento irregular da sociedade não basta para modificar esse regime de responsabilidade<sup>13</sup>.

Foi essa a conclusão a que se chegou durante a I Jornada de Direito Civil, realizada pelo Conselho da Justiça Federal em 2002, assim estampada no enunciado n. 7: “Só se aplica a desconsideração da personalidade jurídica quando houver a prática de ato irregular e, limitadamente, aos administradores ou sócios que nela hajam incorrido”.

Isto é, apenas sócios que efetivamente tenham praticado ato irregular é que podem ter seu patrimônio afetado pelos efeitos da desconsideração.

### 3.2 Sociedades limitadas

---

<sup>12</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. AP n. 0000647-20.2012.5.03.0081. Rel. Juiz Convocado Marcio Toledo Goncalves. Sétima Turma. Publicação em 23.08.2013.

<sup>13</sup> “Efetivamente, não basta o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica para que se subverta o regime de responsabilidade pelas dívidas contraídas por sociedade de responsabilidade limitada, cuja garantia de solvência de suas obrigações está no seu patrimônio e não no patrimônio dos seus sócios”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.693.889/SP. Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino. Decisão Monocrática publicada em 07.02.2018). Nessa mesma linha: “CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ABUSO DO USO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1. A conclusão sobre o abuso da personalidade jurídica, o extravio de patrimônio da empresa e o desvio de finalidade decorre do entendimento calcado das provas carreadas aos autos. Assim, a verificação da presença dos requisitos elencados no art. 50 do CC/2002 encontra óbice na Súmula 7/STJ. 2. Agravo interno não provido”. (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp 921.965/SP. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgamento em 20.04.2017. *DJe* 03.05.2017).

Nas sociedades limitadas, a responsabilidade de cada sócio fica adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. No que diz respeito ao valor das quotas, portanto, a lei já impõe a responsabilidade direta dos sócios, tornando-se desnecessária a aplicação da teoria da desconsideração. Isto é, se o patrimônio da empresa não bastar para o cumprimento da obrigação e essa insuficiência decorrer do fato de algum sócio não ter integralizado sua quota ou de ter ocorrido a integralização parcial, todos os sócios, tendo ou não integralizado suas quotas, respondem solidariamente.

Nos demais casos, o patrimônio particular de sócio pode ser atingido caso o incidente seja instaurado e a desconsideração efetivada.

Quanto à necessária presença do abuso da personalidade jurídica, não há diferenças em relação à sociedade anônima. Como já dito, trata-se de requisito geral para o atingimento do patrimônio dos sócios, independentemente de qual tipo societário se trate.

Sendo assim, caracterizado o abuso da personalidade jurídica da sociedade, torna-se viável a desconsideração para que a satisfação da obrigação recaia sobre o patrimônio pessoal dos sócios. E nesse caso, para efeitos da desconsideração, a jurisprudência não faz expressa distinção entre a posição que ocupam na sociedade limitada. Conforme entendimento da Quarta Turma do STJ, em julgamento realizado já sob a égide do CPC/2015, “sejam eles gerentes, administradores ou quotistas minoritários, todos serão alcançados pela referida desconsideração”<sup>14</sup>.

A explicação é a seguinte: quando se busca exclusivamente o patrimônio dos sócios-gerentes ou administradores, em razão da natureza do ato praticado, está-se diante de responsabilidade direta. É o caso, por exemplo, da responsabilidade do sócio-gerente pelo crédito tributário, nos termos do art. 135, III, do CTN. Como já dito, nas hipóteses de responsabilidade direta a teoria da desconsideração da personalidade jurídica não se aplica. Nos termos do inteiro teor do acórdão:

---

<sup>14</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1250582/MG. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Quarta Turma. Julgamento em 12.04.2016. *DJe* 31.05.2016. No mesmo sentido, mais recentemente: AgInt nos EDcl no REsp 1422020/SP. Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Terceira Turma. Julgamento em 24.04.2018. *DJe* 30.04.2018.

Bem diferente é o que ocorre com a desconsideração da personalidade jurídica. Aqui não há diferenciação dos sócios. Todos respondem indistintamente pela obrigação da empresa.

Ocorrendo abuso da personalidade jurídica, determina-se sua desconsideração para, dessa forma, alcançar o patrimônio dos sócios que, por via transversa, gerou prejuízos a terceiros. Contudo, nesse processo de desconsideração não se realiza a ponderação de quem ocasionou o dano, sendo irrelevante determinar se a conduta foi praticada por meio dos atos dos gerentes e administradores ou de outro sócio específico. Todos aqui responderão pelo ato danoso.

Nesse sentido, ficou consignado que não é dado ao sócio minoritário alegar desconhecimento dos fatos abusivos praticados pela empresa, de modo que, independentemente da parcela de quotas, cabe a cada sócio gerir as atividades e os negócios realizados pela sociedade.

Sobre o tema, há recente e interessante decisão da Décima Quarta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, que entendeu que “somente cabe responsabilizar o sócio com poderes de administração, não demonstrada a participação do sócio minoritário no ato irregular que ensejou a adoção da medida excepcional”<sup>15</sup>.

Tal posicionamento parte da premissa de que o sócio-administrador age com dolo ou culpa no ato abusivo, sendo que o sócio minoritário responde apenas excepcionalmente, ou seja, quando sua conduta omissiva ou comissiva contribuiu para a ocorrência do evento que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica. Nesse mesmo sentido, há recente decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: “Descabe a inclusão de sócio minoritário no polo passivo da execução, em razão da desconsideração da personalidade jurídica, quando não possui cargo de gestão, nem tampouco comprovado que tenha concorrido para a dissolução irregular da empresa executada”<sup>16</sup>.

A desconsideração da personalidade jurídica deve ser compreendida como medida excepcionalíssima. A interpretação dada à norma pela jurisprudência a respeito da responsabilidade de administradores e sócios, nas diferentes posições que estes assumem a

---

<sup>15</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento 2250711-98.2017.8.26.0000. Rel. Des. Melo Colombi. Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado. Julgamento em 06.03.2018.

<sup>16</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação Cível n. 70075687186. Décima Câmara Cível. Rel. Des. Jorge Alberto Schreiner Pestana. Julgado em 26.04.2018.

depende da tipologia societária e do nível de decisão e controle sobre os atos praticados pela sociedade, precisa ser aplicada com cautela. Tal desconsideração se justifica, de um lado, pelo dever do Estado de prestar tutela jurisdicional justa e efetiva, consubstanciada na concreta satisfação da obrigação, e de outro, pela aplicação de sanção em razão da prática de ato irregular.

Isso significa que a regra é que a proteção conferida pela lei seja mantida e que a responsabilidade dos sócios fique adstrita aos limites legais pré-estabelecidos, de modo que a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade seja aplicada apenas quando necessário e a quem verdadeiramente tenha praticado o ato ou tenha sido negligente no dever de zelo. Essa constatação não pode seguir critérios objetivos, porque não se trata de responsabilidade objetiva ou de mero risco do negócio. A apuração dos fatos, em cada caso, é imprescindível para que o atingimento da esfera patrimonial pessoal dos sócios possa ser legitimado.

Pode ocorrer, por exemplo, de o sócio minoritário ter contribuído diretamente para a prática do ato irregular. Ou, então, pode ser que o administrador não exerça, de fato, tal função, mas atue como um subterfúgio do sócio para se esquivar de eventual responsabilização. Frise-se novamente, portanto, a indispensabilidade da análise fática.

### **3.3 Sociedades em nome coletivo e em comandita simples**

Nas sociedades em nome coletivo, todos os sócios, que somente podem ser pessoas físicas, respondem solitária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (art. 1.039, *caput*, do CCB). O mesmo ocorre nas sociedades em comandita simples quanto aos sócios comanditados, que respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais (art. 1.045, *caput*, do CCB). Nos dois casos, a atribuição da responsabilidade patrimonial ao sócio pelas obrigações da pessoa jurídica decorre da própria lei.

Conforme a doutrina de Humberto Theodoro Júnior<sup>17</sup>:

Na verdade, não se pode falar em desconsideração da personalidade jurídica, quando pela lei já existe uma previsão expressa de responsabilidade direta do sócio. Em tal caso, a obrigação é

---

<sup>17</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. Parte e terceiros na execução. In: *O processo civil no limiar do novo século*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 266.

originariamente do sócio, mesmo que tenha praticado o ato na gestão social. A teoria da *disregard* não foi concebida visando a esse tipo de responsabilidade solidária ou direta, mas para aqueles casos em que a pessoa jurídica se apresenta como um obstáculo a ocultar os verdadeiros sujeitos do ato fraudulentamente praticado em nome da sociedade, mas em proveito pessoal do sócio.

[...]

Para se cogitar da desconsideração é preciso que o sócio não possa ser alcançado senão “afastando-se o véu” da personalidade jurídica. O negócio tem de ser camuflado de tal modo que não se chegue ordinariamente à responsabilidade do sócio.

Tal orientação, contudo, não pode ser aplicada indistintamente. Tratando-se de execução de título judicial (cumprimento de sentença), não se pode direcionar a execução aos sócios de sociedade em nome coletivo ou aos comanditados de sociedade em comandita simples quando esses não tiverem sido citados para a ação de conhecimento, ainda que a lei material determine a responsabilidade ilimitada e solidária. É que, nessa conjuntura, existem aspectos de ordem constitucional e processual que devem ser levados em consideração.

Conforme dispõe o art. 5º, LIV e LV, da CF, “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” e “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. E essas garantias ganharam do legislador do CPC/2015 novos contornos infraconstitucionais que aprofundaram ainda mais seus conteúdos.

Com isso se quer dizer que, ainda que a lei atribua aos sócios das sociedades em nome coletivo e aos sócios comanditados na sociedade em comandita simples a responsabilidade ilimitada e solidária, para que o patrimônio pessoal dessas pessoas seja alcançado na execução de título judicial, é imprescindível que tenha ocorrido a citação válida, sob pena de violação a garantias fundamentais do processo, como o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.



É ônus do autor, visando a efetiva satisfação de seu crédito e ciente do regime de responsabilidade dos sócios nesse contexto, promover à citação para que integrem a relação jurídico processual e exerçam seu direito de defesa.

A exceção concerne à circunstância de que os sócios tenham praticado algum ato abusivo que configure hipótese de desconsideração da personalidade, como confusão patrimonial, fraude, simulação etc. Apesar de, a princípio, parecer que os regimes de responsabilidade dessas sociedades não constituam o objeto da teoria da *disregard*, em situações como as tais, na qual óbices de natureza constitucional e processual impedem a responsabilização dos sócios, a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica se justifica.

Situação diversa é a da execução de título extrajudicial. Como não existe uma ação de conhecimento que lhe anteceda, basta que os sócios figurem como coexecutados ou que, executada a busca de patrimônio da pessoa jurídica executada, e havendo solidariedade entre ela e a pessoa do sócio, a execução também seja a ele direcionada, oportunizando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

#### **4. Breves notas sobre a desconsideração da personalidade jurídica no contexto da Justiça do Trabalho**

Embora haja diversos aspectos da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica pela Justiça do Trabalho que devam ser objeto de profunda reflexão, optou-se por dar especial destaque ao entendimento desses tribunais no que diz respeito à excepcionalidade da medida e à necessidade da prática de ato ilícito para que o patrimônio pessoal do sócio possa ser atingido.

De modo geral, os tribunais dessa seara têm se posicionado no sentido de que aquele que usufrui dos lucros obtidos com a atividade econômica explorada pela sociedade, sendo beneficiado com aumento de seu patrimônio, deve ser responsabilizado por eventuais dívidas adquiridas no exercício de tal atividade. Essa presunção, segundo entendem, pode ser afastada se o sócio a cujo patrimônio se pretende atingir comprovar que não se beneficiou com o labor do trabalhador.

Para fins de ilustração, alguns julgados nesse sentido:

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIZAÇÃO DE SÓCIO QUE PASSOU A COMPOR O QUADRO SOCIETÁRIO DEPOIS DO DESLIGAMENTO DO RECLAMANTE. I - Pela aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, aplicável à esfera trabalhista por força do art. 8º da CLT, permite-se que, diante da incapacidade financeira da empresa executada para arcar com a execução, o sócio seja responsabilizado pelo cumprimento das obrigações correspondentes, mesmo que não tenha integrado o polo passivo da reclamação trabalhista, nem constasse como cotista antes ou durante a vigência do contrato de trabalho; II - é irrelevante o sócio não ter praticado ato de gestão ou ser sócio minoritário, porque a responsabilização que decorre da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade devedora não se restringe aos administradores da sociedade ou aos sócios majoritários, alcançando todos os sócios; II - é inegável que o sócio que ingressa no quadro societário de determinada sociedade depois do desligamento do empregado beneficia-se indiretamente da força de trabalho, porque o labor prestado serviu para valorizar o patrimônio social da sociedade (e ninguém, em sã consciência, adquire cotas sociais a título oneroso para ter prejuízo)<sup>18</sup>.

COOPERATIVA INEXISTÊNCIA DE BENS EXECUÇÃO DOS COOPERADOS. EMBARGOS DE TERCEIRO Desfeita a cooperativa, os cooperados respondem pelos débitos da entidade, já que se beneficiaram da prestação de labor do exequente. Portanto, os cooperados, em tal hipótese, não se tratam de terceiros, mas dos próprios executados no feito (aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica), sendo legítima a penhora realizada<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. AP n. 02076005819995010006. Rel. Juiz Convocado Leonardo Dias Borges. Terceira Turma. Publicação em 14.01.2014.

<sup>19</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. AP 01098200202603009. Rel. Des. Denise Alves Horta. Oitava Turma. Publicação em 15.03.2003.

Há decisões que afirmam, inclusive, que em razão do caráter alimentar da obrigação trabalhista, para a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária basta apenas a insuficiência patrimonial. Esse, aliás, é o entendimento majoritário da Décima Primeira Turma do TRT3:

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. Para a d. maioria do Colegiado, o art. 50 do CC/02 estabelece a chamada "Teoria Maior" da desconsideração da personalidade jurídica, enquanto o art. 28 do CDC tem suporte na "Teoria Menor". Na seara trabalhista, em razão do caráter alimentar do *quantum debeatur*, aplica-se, em regra, a segunda teoria, segundo a qual basta apenas a insuficiência patrimonial da sociedade empresária para que se dê a efetivação de atos executivos sobre os bens de seus sócios<sup>20</sup>.

Apesar do respaldo jurisprudencial, não nos parece ser esse o entendimento mais correto. A desconsideração da personalidade jurídica, repita-se, somente deve ser aplicada em casos extremos, quando verificada a prática de ato irregular que autorize tal medida.

Seja como for, a Reforma Trabalhista introduziu na CLT o art. 855-A, que prevê expressamente a aplicação ao processo do trabalho do incidente de desconsideração da personalidade jurídica prevista no CPC/2015. Essa alteração garante, ao menos em tese, que os sócios citados para o incidente tenham maior oportunidade para produção de provas<sup>21</sup>.

### **Considerações finais**

A técnica da desconsideração da personalidade jurídica tem sido bastante utilizada pelos Tribunais brasileiros.

---

<sup>20</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. AP 0010188-37.2016.5.03.0146. Rel. Des. Luiz Antônio de Paula Iennaco. Publicação em 11.05.2017.

<sup>21</sup> Conforme um dos autores deste trabalho já apontou em outra oportunidade, com Eduardo Talamini (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo*. Vol. 1. 17. ed. São Paulo: RT, 2018, p. 376): “Nos limites de seu objeto (verificação dos pressupostos materiais da desconsideração), a instrução do incidente é aprofundada. A cognição é exauriente (...). O juiz não resolverá a questão com base em mera plausibilidade, aparência. Mas isso obviamente não significa que não seja possível concluir pela ocorrência dos fundamentos que impõem a desconsideração a partir de provas indiretas, indícios e máximas da experiência – como poderia fazê-lo em qualquer outra causa de cognição exauriente”.

E quando aplicada com razoabilidade, garantindo o devido processo legal, pode evitar prejuízos decorrentes de simulações, fraudes e ocultação de patrimônio, na medida em que apresenta mecanismos para tornar ineficaz a prática ilícita do devedor de utilizar sua empresa como escudo ou blindagem patrimonial para frustrar o pagamento.

Mas é preciso que os operadores do Direito tenham cautela na sua aplicação, a fim de evitar a banalização de uma medida que deve ser utilizada em caráter excepcional e com a estrita observância aos princípios e garantias fundamentais do processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Amador Paes de. *Execução de bens dos sócios*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias. *Fraudes patrimoniais e a desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015*. São Paulo: RT, 2016.

ARAÚJO, Fabio Caldas de. *Intervenção de terceiros*. São Paulo: Malheiros, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. In: ALVIM, Teresa Arruda; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2015, p. 453-465.

DIDIER JR., Fredie. *Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica*. Disponível em: [<http://www.frediedidier.com.br/wp-content/uploads/2012/02/aspectos-processuais-da-desconsideracao-da-personalidade-juridica.pdf>]. Acesso em: 26.06.2018.

\_\_\_\_\_. *Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

TEIXEIRA, Tarcisio. *Direito empresarial sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum*. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, v. 1.

\_\_\_\_\_. Parte e terceiros na execução. In: *O processo civil no limiar do novo século*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

VIEIRA, Christian Garcia. *Desconsideração da personalidade jurídica no novo CPC: natureza, procedimentos e temas polêmicos*. Salvador: JusPodivm, 2017.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo*. 17. ed. São Paulo: RT, 2018, v. 1.